

DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária

Maria Aparecida de Aquino*

*“Arendt trabalha sobre fatos e traz a banalidade do mal ao nível do cotidiano: o Eichmann que se apresenta não é um perverso, nem um tipo criminoso cínico e atrevido, não é um ambicioso, capaz de matar ou de fechar os olhos para progredir, mas é apenas alguém que jamais teria imaginado o que realmente estava fazendo. Note-se que isto não parece à autora como sinônimo de obtusidade ingênua. Eichmann não era um simplório, um tolo, sabia muito bem o que fazia. O que o caracterizava era um **vazio de pensamento** que não quer dizer ser tolo, mas que o predispôs a tornar-se o grande criminoso que acabou sendo. E aí está toda a banalidade referida.”*

Tércio Sampaio Ferraz Júnior

Apresentação de **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal** de Hannah Arendt

1. Percalços do aparato repressivo estadual – o DEOPS/SP

O objetivo deste artigo é tentar tornar um pouco mais claras as práticas políticas de um dos órgãos do chamado aparato repressivo do Estado, existente em diferentes Estados brasileiros desde as primeiras décadas do século XX até praticamente o término do chamado regime militar brasileiro (1964-1985). Portanto, parte desse aparato intrinsecamente vinculado à História Republicana brasileira, nos seus períodos mais explicitamente autoritários:

- a primeira fase republicana, também chamada de Primeira República ou “República Velha”;
- o primeiro Governo de Getúlio Vargas – 1930-1945 – mais especificamente na sua fase mais brutal, o chamado “Estado Novo” – 1937-1945;
- o regime militar, inaugurado com o golpe de Estado que derrubou o presidente constitucionalmente eleito João Goulart em 1964, instalando os militares no comando do poder Executivo, para dele somente se afastarem ao término do governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, em 1985;

bem como na fase chamada de democrática, o período entre 1945 e 1964, em que instrumentos considerados característicos do “Estado de Direito”, encontravam-se minimamente presentes.

* Professora de História Contemporânea da USP. Coordenadora do Projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983)*, financiado pela FAPESP e com o apoio do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Conhecidos, principalmente, como DOPS, especificamente durante o regime militar em que era comum aterrorizar-se as pessoas bastando dizer *“cuidado, desse jeito você vai ser fichado no DOPS”*, estes órgãos proliferaram pelos diferentes Estados brasileiros, geralmente, vinculados às suas respectivas Secretarias de Segurança Pública. Embora as denominações que receberam fossem diferentes (apesar da alcunha unificadora que os identificou), as suas funções eram sempre as mesmas. Eram, fundamentalmente, voltados para *“estar à disposição dos governos quando estes decidissem vigiar e/ou aprisionar certos indivíduos, combater determinados comportamentos e estigmatizar grupos inteiros (imigrantes, dissidentes políticos, pobres das cidades) tidos sempre como ‘nocivos’ e perigosos para a ordem pública e a segurança nacional”*¹ Em suma, em nossa opinião, voltados para exercer as funções da chamada “polícia política”.

Eis um termo que possui uma interminável lista de conceituações. Neste terreno, preferimos ficar com uma que se volta especificamente para a realidade nacional. Segundo Marília Xavier:

“O termo ‘polícia política’ tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ‘ordem e a segurança pública’.

*Dentro desse enfoque, a polícia política seria resultante de um processo de ‘especialização’ dos órgãos da instituição policial, surgindo, formalmente, em 1933 com a criação, na antiga Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) a qual, com a Seção de Segurança Política e a Seção de Segurança Social, encarregou-se dos chamados crimes políticos e sociais.”*²

Marília Xavier refere-se de modo específico à realidade do Rio de Janeiro que, na primeira metade do século XX, concentra a função de Distrito Federal e sede do governo da República brasileira. Embora as preocupações com uma polícia política, independente de uma polícia administrativa e judiciária, tenham se originado no início do século referido, é com a criação do DESPS, subordinado à Polícia Civil do Distrito Federal sob a superintendência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que se organizam com mais clareza as funções desse exercício que permite, no âmbito do esclarecimento de suas funções, pensar as estreitas margens que separam os chamados “crimes políticos” dos “crimes sociais”, ambos alvos desses órgãos do aparato repressivo.

Um relatório anual de um delegado, datado de 1943, identifica, dentre as funções da DESPS:

¹ SOMBRA, Luiz Henrique. Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência?. (p. 37-41) In: **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 41.

² XAVIER, Marília. Antecedentes Institucionais da Polícia Política. (p. 32-36) In: **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 32.

- “a Seção de Segurança Política é encarregada de ‘inibir a reorganização dos serviços de espionagem e observar os suspeitos de serem espiões eixistas e de evitar a sabotagem econômica, além de observar os movimentos políticos dos inimigos do Governo’;
- à Seção de Segurança Social cabe a observação e fiscalização do ‘problema trabalhista’, encarado como as vicissitudes do movimento sindical que, com o retorno do país ao regime instituído pela Constituição de 1934, fizeram recrudescer as atividades extremistas de esquerda e direita que volveram suas vistas para a massa operária numa infiltração nociva contraproducente. O que muito concorreu para os ensaios de desagregação foi o contingente de elementos alienígenas;”³

No início de nosso artigo, referimo-nos ao objetivo de procurar tornar mais claras as práticas políticas do DOPS. Isto porque, em todos os campos do território nacional, o local social onde proliferaram e fizeram viger sua esfera de atuação, foi o dos recantos escuros e sombrios, da vigilância sobre os cidadãos considerados “suspeitos” – e aí, segundo o período vivenciado, a margem pode ser relativa ou atingir quase a totalidade da sociedade – sem o seu conhecimento. Protegem-se e beneficiam-se com e das sombras que os envolvem permitindo que se infiltrem capilarmente nos mais recônditos cantos das relações sociais, espalhando o temor e a desconfiança.

Esse mundo de “trevas” vem sendo, pouco a pouco, mais e mais, revelado, a partir da década de 90 quando, em meio ao processo de luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas em nosso país, boa parte dos acervos, longamente acumulados por esses órgãos, vem sendo tornada pública e devolvida à sociedade que assiste atônita ao que o autoritarismo foi capaz de produzir.

Nosso alvo de estudo é o órgão correspondente em São Paulo que chamaremos doravante de DEOPS/SP, na medida em que a última denominação que recebeu, pela também última legislação que alterou sua constituição, em 1975, chamou-o de Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Foi criado pela Lei 2.034 de 30/12/1924 (quando recebeu o nome de Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, portanto) e foi extinto pelo Decreto 20.728 de 04/03/1983. As circunstâncias de sua criação e extinção merecem que nos debruçemos sobre elas.

Em 1924, quando o DEOPS/SP foi criado, o governador de São Paulo era Carlos de Campos e o Presidente do Brasil era Artur Bernardes. Ambos encontravam-se mergulhados em profundas crises que colocavam em risco sua própria governabilidade.

³ **Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea.** Rio de Janeiro:Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, 1996. p. 12.

Desde julho de 1922 quando explodiu o conflito conhecido sob o nome de *Revolta dos 18 do Forte de Copacabana*, no Rio de Janeiro, Epitácio Pessoa, Presidente eleito após o interregno governamental de Delfim Moreira, vice de Rodrigues Alves, morto inesperadamente antes de sua posse oficial, havia decretado estado de sítio. Essa situação foi prolongada e Artur Bernardes já assume com o país em estado de sítio o que vai manter durante todo seu governo (1922-1926).

As dificuldades envolvendo sua posse começam na campanha, quando concorre com o carioca Nilo Peçanha que se sentira preterido pela escolha sucessória das oligarquias rurais. Parcela dos militares apóia Nilo Peçanha, por várias razões que vão desde a nomeação de ministros civis para ocupar pastas militares durante a gestão de Epitácio Pessoa, até o descontentamento da baixa oficialidade articulada em torno do Clube Militar lutando pela elevação salarial, pelo reaparelhamento do Exército. Essa revolta acaba sendo canalizada para a luta contra a política oligárquica, através de uma bandeira de “moralização das instituições políticas”.

O movimento da baixa oficialidade (basicamente capitães e tenentes) que acabou criando um tema, bastante caro à historiografia brasileira, conhecido sob o nome de *Tenentismo*, vivenciou vários episódios conflituosos, sendo o primeiro o do Rio de Janeiro (*Os 18 do Forte de Copacabana*) e o último a *Coluna Prestes-Miguel Costa* que percorreria o Brasil entre 1924 e 1927.

Entretanto, parte dessa mobilização passou por São Paulo, onde, a partir de julho de 1924 houve um movimento, considerado o maior de todos, quando os revoltosos, liderados pelo General Isidoro Dias Lopes, conseguem durante certo tempo, assumir o controle da cidade, forçando o governador Carlos de Campos a fugir do Palácio dos Campos Elíseos para os arredores da cidade, em Guaiaúna (Zona Leste de São Paulo). A luta encarniçada dos revoltosos contra as tropas legalistas fazem com que a chamada *Coluna Paulista* adentre pelo interior do Estado e chegue até o Paraná. Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa já estavam com suas tropas estacionadas em Foz do Iguaçu. Assim, se dá o encontro com a *Coluna Prestes* que vinha do Rio Grande do Sul, após a revolta de outubro no Estado⁴.

Evidentemente, a conturbação desse período, também pode ser explicada pela famosa “questão social” considerada como “caso de polícia” pelas autoridades governamentais. Desde o final da década de 1910, vários movimentos sociais reivindicatórios de melhorias nas condições de trabalho tinham sacudido os grandes centros urbanos com intensas mobilizações grevistas. A força do anarquismo, do chamado “anarco-sindicalismo” e o fortalecimento do movimento comunista com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922,

⁴ CARONE, Edgard. **A República Velha – Evolução Política**. São Paulo:Difusão Européia do Livro, 1971. p. 352-377.

constituíam elementos de grande preocupação para o governo que responde com a legislação repressiva.

Neste contexto, pode ser explicada a criação do DEOPS/SP em 1924, como parte do aparato repressivo do Estado, voltado, essencialmente, para a vigilância sobre os considerados “suspeitos” de desordem política e/ou social.

Desde 1974, quando assume a presidência o General Ernesto Geisel, este o faz com o propósito de liderar um processo, conhecido, inicialmente como “distensão” e, posteriormente, no Governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), com o nome de “abertura política”. A intenção, cujas negociações têm início ainda dentro do Governo do General Emílio Garrastazu Médici, era a de uma lenta “devolução pacífica e ordeira” do poder aos civis e do país ao chamado “Estado de Direito”⁵. Deste processo fez parte a retomada das eleições diretas para os governos estaduais que se realiza em 15 de novembro de 1982, com posse para os novos governadores eleitos em 15 de março de 1983. É, portanto, interessante atentarmos para a data do Decreto que propõe a extinção do DEOPS/SP: 04/03/1983, apenas a alguns dias da posse do governador eleito por São Paulo, Franco Montoro.

É importante que se esclareça que essas eleições deram como resultado, nos grandes Estados, vitórias maciças da oposição: exemplos claros são a eleição em São Paulo do governador Franco Montoro, naquele momento, vinculado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), oriundo do antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de “oposição” durante o regime militar e a difícil vitória de Leonel de Moura Brizola no Rio de Janeiro pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Os guardiões do regime militar, imbuídos que estavam de tentar impedir quaisquer revisões de seus atos autoritários, ou do que chamavam de “revanchismo”, preocupavam-se que acervos de órgãos do aparato repressivo viessem a parar em mãos “inadequadas” (as de governadores de oposição). Desse modo se compreende a extinção do DEOPS/SP dias antes da posse de Franco Montoro no Governo de São Paulo e a passagem de seu imenso acervo documental para a agência paulista da Polícia Federal, onde permaneceu “bem guardado” até o ano de 1991. Quando de sua extinção o Estado de São Paulo era governado por José Maria Marin, governador em substituição ao último dos indicados pelo regime militar: Paulo Maluf que se desincompatibilizara de suas funções⁶.

⁵ A esse respeito consultar: STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978**. São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1987; ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1984; D'ARAÚJO, Maria Celina et alii (orgs.). **A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁶ A esse respeito ler: ARAÚJO, Lucimar Almeida de et alii. O Acervo DEOPS/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de et alii (orgs.) **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. p. 23-35.

Em 1991, devolvido o Brasil ao Estado de Direito, elaborada uma nova Constituição (1988), eleito diretamente, desde o golpe de 1964, o primeiro presidente da República, o acervo do DEOPS/SP foi entregue à guarda da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo que o destinou ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se encontra até hoje.

Entre 1991 e fins de 1994 este acervo somente pode ser consultado por membros da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do regime militar e por cidadãos interessados em conhecer o que o órgão possuía armazenado sobre sua pessoa, direito garantido pela Constituição de 1988, sob o título de *habeas-data* (“tenhas a tua informação”)⁷.

Dois questionamentos ocorrem normalmente quando se toca nesses aspectos: o que teria acontecido com a documentação entre 1983 e 1991 quando permaneceu sob a guarda da agência paulista da Polícia Federal? Por que a demora em democratizar à população a consulta a esse acervo entre 1991 e 1994?

O primeiro dos questionamentos, geralmente, é motivado por aqueles que colocam em dúvida a importância desse acervo documental, entendendo que, nesse período, ele teria sido depurado de sua documentação mais significativa (aquela que permitiria o acesso a informações mais relevantes e descobertas mais importantes sobre o autoritarismo estatal brasileiro, particularmente, o do regime militar). Afinal de contas, em oito anos, a Polícia Federal teria tido tempo suficiente para destruir o material mais “perigoso” do ponto de vista dos defensores do autoritarismo, entregando em 1991 um acervo asséptico e que em pouco contribuiria para as pesquisas realizadas sobre a História do Brasil Contemporâneo.

A documentação existente e que pode ser consultada permite perceber que, durante a estadia na Polícia Federal muita pesquisa foi feita a ela⁸ e que existem lacunas entre os documentos. Entretanto, como pesquisas intensivas e extensivas cobrindo toda a documentação ainda não foram realizadas, não há condições de se estabelecer com clareza quanto e o quê teria sido depurado. Independentemente, desta depuração, o trabalho que foi realizado até hoje possibilita afirmar que a documentação ora disponível é de riqueza incontestável para a compreensão das relações Estado/Sociedade durante o período coberto pela existência do órgão: 1924-1983.

O segundo questionamento passa por problemáticas que envolvem o momento específico em que esta discussão foi travada, bem como o tipo de acervo de que se trata e a sua contemporaneidade tão presente.

⁷ A Constituição de 1988 ao garantir a todos os cidadãos o direito do *habeas-data* permitia o acesso às informações acumuladas pelos órgãos do aparato repressivo.

⁸ Na série Dossiês, arquivadas sob o código 52-Z-0, as pastas 549 a 583 referem-se a pedidos de informações solicitados por outros órgãos de repressão sobre várias pessoas sobre as quais elaboraram-se resumos. Entretanto, as datas de elaboração desses resumos são posteriores ao fechamento do DEOPS/SP. A esse respeito ver: ARAÚJO, Lucimar Almeida de et alii, op. cit. p. 25-26.

O momento em que se inserem essas discussões surge juntamente com a Lei 8.159/91 que *“dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, privilegiou a conceituação e filosofia do acesso e liberdade de informação, responsabilizando o usuário pelo uso e divulgação das informações, resguardando-se o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas”*⁹. Essa Lei, entretanto, que definia a Política de Arquivos Públicos e Privados em nível nacional, até o momento em que se davam esses debates não havia sido regulamentada. Além disso, seu artigo 21 estabelece que *“legislação estadual, do Distrito Federal e Municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado também o disposto da Constituição Federal.”*¹⁰ Desse modo estavam liberadas as unidades da Federação para resolver de forma autônoma a sua organização arquivística.

Quando se fala em preservação documental e formas de abertura à consulta de documentação, costumam ser divergentes as posturas de arquivistas e de historiadores. Além desse elemento estimulador de tensões, outro houve a temperar as discussões que emperraram em São Paulo. A preocupação, não só dos elementos implicados no regime militar e nos órgãos do aparato repressivo, mas também de cidadãos, objetos da vigilância desse órgão que temiam que informações retiradas à sua revelia pudessem, por deturpação vir a ser divulgadas e utilizadas prejudicando sua imagem social ou a de seus familiares (no caso de mortos). Ocorreu a constituição de uma “comissão de notáveis” pelo governo estadual, formada por historiadores, arquivistas, juristas, representantes governamentais e de entidades de defesa dos direitos humanos que, finalmente, em 1994, recomendou a abertura total do acervo à consulta pública, mediante a assinatura do consulente de um termo de compromisso em que se comprometia publicamente pela divulgação que viesse a dar às informações recolhidas junto à documentação. Implícito está que pode ser alvo de processo judicial, caso divulgação de determinada informação possa ser considerada, por pessoa envolvida ou seus familiares, como desabonadora de sua moral pública. A partir desse momento, então São Paulo, em relação aos acervos dos demais órgãos de mesma função no Brasil, também colocados sob tutela de instituições arquivísticas (é o caso do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro que recebeu documentação semelhante em 1992), tomou, em nossa concepção, a medida mais adequada ao desenvolvimento da pesquisa em nosso país, particularmente em relação a uma documentação que possui informações preciosas acerca de nossa história recente.

O acervo DEOPS/SP é composto de 101 livros de Registro de Inquéritos Policiais. Esses Inquéritos, antes estavam sob a guarda da Academia de Polícia de São Paulo que, tempos depois do acervo ter sido enviado ao Arquivo Público do Estado de São Paulo,

⁹ **Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea**, op. cit. p. 12.

¹⁰ Idem, p. 37.

resolveu também enviar esse material que permite excelente análise da atividade inquisitorial e da relação entre as Delegacias – atividade policial - (responsáveis, com seus Inquéritos formalizados pelas denúncias de criminalidade) e o Ministério Público – o âmbito da Justiça, propriamente dita - (receptor dessas denúncias que, se aceitas, transformam-se em processos judiciais). Esses livros de Registro contém os inquéritos instaurados pelas diversas Delegacias que compunham o DEOPS/SP.

Além disso, o acervo também possui quatro séries documentais que se diferenciam (entre outros elementos) pelo fato de terem sido produzidas por setores diferentes dentro do órgão. O conjunto dessas quatro séries forma um acervo da seguinte magnitude: 1.500.000 fichas remissivas e 163.000 pastas.

A série *Prontuários* é formada por cerca de 163.000 fichas remissivas e 150.000 pastas-prontuários que podem ser referentes a pessoas ou entidades e temas. É a série mais antiga datando do início do órgão (1924) e somente se encerrando com a sua extinção (1983). O material que armazena originou-se do Arquivo Geral do DEOPS/SP.

A série *Dossiês* é formada por 1.100.000 fichas remissivas e 9.626 pastas codificadas. Data dos anos 40 (o documento mais antigo localizado é de novembro de 1942) e se extingue com o término do órgão em 1983. O material armazenado originou-se inicialmente do chamado Serviço Secreto criado em 1940, mais tarde denominado de Serviço de Informações e, posteriormente, em 1975, Divisão de Informações.

A série *Ordem Social*, cujo material se origina da Delegacia de Ordem Social, se inicia em 1945 (antes essa documentação era armazenada no Arquivo Geral do DEOPS/SP) e se encerra em 1983. É composta de 115.000 fichas remissivas e 2.321 pastas (parte significativa delas – 547 – se origina de material armazenado por Delegacias do Interior).

A série *Ordem Política* é a última a ser iniciada, em 1948 extinguindo-se, também, em 1983. Seu material se origina da Delegacia de Ordem Política que anteriormente enviava, também, seu acervo para o Arquivo Geral do DEOPS/SP. Possui 120.000 fichas remissivas que remetem a 1.582 pastas¹¹.

Nosso estudo envolveu especificamente a série *Dossiês*, possuidora de acervo documental de magnitude espantosa – cerca de dois milhões de documentos armazenados – e que se caracteriza por um complexo código alfanumérico que acompanhou suas pastas, bem como por uma extrema variedade documental. Além disso, embora tenha farta documentação desde os anos 40, a maior parte de seus documentos abrange o regime militar, a partir de 1964 até a extinção do órgão em 1983. É a essa série que dedicaremos agora nossa atenção.

¹¹ Para uma descrição pormenorizada do Acervo DEOPS/SP consultar ARAÚJO, Lucimar Almeida de et alii, op. cit. p. 26-35.

2. A série *Dossiês* do acervo DEOPS/SP

Nossa história envolvendo a pesquisa ao Acervo DEOPS/SP se inicia em 1991, quando de seu recebimento pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Vinda de uma Dissertação de Mestrado em que o alvo fora a censura à imprensa no período do regime militar¹², imaginei poder realizar uma pesquisa, para o Doutorado, no referido acervo envolvendo jornalistas eventualmente “vigiados” pelo DEOPS/SP durante o regime, para construir, ao mesmo tempo, o olhar do órgão sobre a imprensa paulista e a resistência desses jornalistas ao regime autoritário. Cheguei a enviar ao Secretário de Cultura da época uma solicitação de pesquisa ao acervo que não foi respondida. Baldados esforços foram feitos na tentativa de conseguir realizar o intento. Acabei abandonando essa linha de trabalho e realizei o Doutorado, defendido em 1994¹³.

Com a abertura do acervo à consulta, iniciei, em 1995, finalmente minha pesquisa, tendo sido aconselhada a trabalhar com a série *Dossiês*¹⁴ esbarrei na primeira dificuldade. A série é constituída de fichas remissivas e pastas documentais. Possui 33 conjuntos de fichários distribuídos, na grande maioria, em nomes ou sobrenomes de pessoas (“comuns”, “incomuns”, “vulgos”) e um número menor de fichários semi-temáticos, como “sindicatos”, “placas de veículos”, “jornais”.

Na situação em que me encontrava, como não possuía a relação prévia dos jornalistas que tivessem sido alvos de suspeição pelo órgão no período, debati-me na tentativa de encontrar solução para o problema de como acessar a série, uma vez que um temário não havia sido constituído. As 9.626 pastas, por sua vez, possuíam, cada uma delas, um complexo código alfanumérico que deveria ter significação e, provavelmente, remeter a um temário, mas, naquele momento, não se encontrava decodificado.

O percurso percorrido foi o de recorrer, inicialmente, à única possibilidade “temática” que se me apresentava. Acessei as fichas correspondentes ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, localizando um total de cinquenta e uma (51) fichas cujos documentos a que remetem foram consultados. Para percorrer uma relação de nomes passíveis de “suspeição” no DEOPS/SP, foi necessário recorrer a uma outra estratégia que me pareceu igualmente válida.

¹² A referência é à Dissertação de Mestrado defendida em História Social pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), publicada com o título **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. Bauru:EDUSC, 1999.

¹³ A menção refere-se ao trabalho defendido em História Social pelo Departamento de História da FFLCH/USP intitulado **Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)**.

¹⁴ Conforme já foi afirmado, a série *Dossiês* possui o maior volume de material referente ao período do regime militar. Já a série *Prontuários*, a mais antiga de todas e que acompanha o órgão de seu início à sua extinção, embora possua material referente à fase posterior a 1964, tem a maior parte de seu acervo concentrada no primeiro Governo Vargas (1930-1945).

Durante a realização do Doutorado tive a oportunidade de entrar em contato com o chamado Projeto “Brasil Nunca Mais”. Trata-se, talvez, do mais instigante Projeto de Pesquisa vivenciado no Brasil Contemporâneo. Advogados de presos políticos, religiosos progressistas, personalidades da resistência ao regime militar, em 1979, nas circunstâncias propiciadas pela anistia, durante seis anos, levaram avante a mais arrojada e corajosa iniciativa de que se tem notícia. Sabedores da existência do arquivo do Superior Tribunal Militar (STM) que congregava todos os processos movidos contra civis e militares que teriam atentado contra a Lei de Segurança Nacional, resolvem, com base numa brecha do sistema¹⁵, duplicar todos os autos dos mesmos e, com isso, constituir uma preciosa radiografia das concepções de Segurança Nacional quando colocadas em prática, ou seja, no âmbito da Justiça Militar. Em suma, uma amostra preciosa de um dos pilares do regime militar. Entre 1964 e 1979 foram copiados e micro-filmados aproximadamente 707 processos, o que corresponde à totalidade dos autos produzidos, dessa natureza, no período.

Esse impressionante material foi submetido a uma sofisticada metodologia de análise, daí resultando, 12 volumes – chamados de Projeto “A” – com todos os resultados apurados no extenso levantamento de dados realizado. Posteriormente, foram contratados dois jornalistas para realizarem uma síntese do material que saiu publicado no volume intitulado **Brasil: Nunca Mais**¹⁶ - conhecido como Projeto “B”. Dentre as inúmeras tabelas constantes do Projeto “A” existe a relação dos denunciados (réus) dos processos, incluindo a profissão de cada um deles. Assim, chega-se à lista de 147 jornalistas denunciados nos processos que passaram pelo STM entre 1964 e 1979.

Pareceu-me que essa lista de jornalistas era bastante representativa, uma boa amostragem da resistência ao regime militar e boa possibilidade de conter parcela significativa dos “suspeitos” na ótica do DEOPS/SP.

O ponto de partida, portanto, foi a lista de jornalistas processados, base para as pesquisas às fichas remissivas da série *Dossiês*. Descobriu-se uma variedade de situações: jornalistas com apenas uma remissão até aqueles que possuíam mais de uma centena de fichas em seu nome. As fichas são indicativas do código que remete às pastas e faz chegar a um documento determinado dentro de uma delas¹⁷.

No caso de jornalistas com grande variedade de remissões a documentos, certamente, chegava-se a um número considerável de pastas (às vezes, cada documento colocado em uma pasta determinada). Além de representar um trabalho insano, processava-se para o pesquisador um verdadeiro quebra-cabeças.

¹⁵ Era permitido aos advogados dos réus implicados nos processos requisitarem os autos dos mesmos junto ao STM e, com eles permanecerem durante 24 horas. Tempo suficiente para que fossem copiados.

¹⁶ ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis:Vozes, 1985.

¹⁷ Mais referências sobre a realização dessa pesquisa estão em AQUINO, Maria Aparecida de. *Jornalistas/Militantes na mira do DEOPS/SP*. In: AQUINO, Maria Aparecida de et alii (orgs.), op. cit. p. 181-197.

Por vezes, o documento fazia aparecer o nome da pessoa alvo da pesquisa, citada em meio a um depoimento, por exemplo. Em outros casos ocorria a referência à pessoa como participante de um Congresso de um Partido. Essas são algumas das possibilidades encontradas.

O pesquisador, para compreender alguma coisa necessita ler o documento como um todo para entender a circunstância na qual a citação dessa pessoa foi feita. Além disso, precisa observar a pasta na qual está localizado o documento, comparando com os outros documentos que a compõem para ver se consegue visualizar um quadro de porquê aquela unidade documental ali se encontra arquivada. Nem sempre isso é possível. Os documentos contidos nas pastas são extremamente variados, o que é uma característica dos *Dossiês*¹⁸. Muitas vezes, após, uma pesquisa que consome dias de trabalho, o resultado é uma colcha de retalhos que não se cruzam. Permanece fragmentado, sem que se tenha condição de reconstituir o olhar do órgão sobre o “suspeito”, bem como sobre a resistência travada pelo mesmo.

Isto me fez concluir ser absolutamente fundamental construir outras formas de acesso aos pesquisadores, chegando-se a um temário a partir da decodificação dos códigos de entrada das pastas.

Desse modo, em novembro de 1996 foi enviado um Projeto¹⁹ à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), especificamente para cuidar do tratamento da série *Dossiês* do Acervo DEOPS/SP. Aprovado em fevereiro de 1998, foi desenvolvido ao longo de 4 anos com o auxílio de pesquisadores variados²⁰ e de duas equipes de bolsistas que, em março de 2002, entregaram os resultados à instituição financiadora:

- equipamento para a FFLCH/USP, instituição sede do projeto (computadores e impressoras);
- equipamento para o Arquivo Público do Estado de São Paulo (servidores, rede de computadores e impressoras, material de conservação, material de microfilmagem, máquinas de microfilmagem);
- processo de conservação documental das 9.626 pastas;
- processo de microfilmagem de cerca de 50% do acervo com o compromisso de continuidade pela instituição (Arquivo Público do Estado de São Paulo);

¹⁸ Segundo o **Dicionário de terminologia arquivística** (CAMARGO, Ana Maria de Almeida e BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo)/Secretaria de Estado da Cultura, 1996), *Dossiê* significa “unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa” (p. 32).

¹⁹ Trata-se do Projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: série Dossiês (1940-1983)*.

²⁰ O projeto foi coordenado pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (DH/FFLCH/USP) e teve o acompanhamento das equipes de bolsistas realizado pelos mestrados em História Social (DH/FFLCH/USP) Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos e Walter Cruz Swensson Jr..

- formação de uma equipe de cerca de 20 pesquisadores, entre graduandos e graduados em História, que representaram as duas equipes de bolsistas que acompanharam o projeto nos dois primeiros anos e nos dois anos restantes;
- descrição das 9.626 pastas do acervo, com a decodificação dos códigos, criando-se um temário/assunto para as mesmas. Essa descrição foi realizada através de fichas especialmente criadas pela equipe de bolsistas e que contém as seguintes informações: assunto geral da pasta, datas iniciais e finais de arquivamento das pastas, datas iniciais e finais da produção documental quando estivesse disponível (um documento pode ser produzido numa data e arquivado posteriormente), descritores ou palavras-chave da pasta, existência de material incomum anexado (fotografias, periódicos, objetos variados) para o caso de pesquisas específicas a esses materiais que poderiam localizar as pastas que os contém;
- normatização e criação de um vocabulário controlado dos termos utilizados no processo de descrição das pastas;
- montagem de um banco de dados que permite ao pesquisador/consultante formas de acesso variado a essa documentação, cruzando-se informações (por exemplo, como o tema da pesquisa/consulta e a data), chegando-se às pastas (e sua descrição) onde essas informações encontram-se alocadas;
- lançamento da série de volumes intitulada *Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro*²¹ que se debruça exatamente sobre os resultados do projeto.

Neste longo percurso de construção de novas formas de acesso aos pesquisadores, relativamente ao acervo, alguns elementos foram sendo estabelecidos, chegando-se o mais próximo possível, no momento, de uma definição da série *Dossiês*²².

O código alfanumérico é composto de três elementos e de um número de ordem para a remissão documental no interior da pasta. Para melhor exemplificar e colocar o leitor em contato com essa documentação, mostro a seguir dois documentos pesquisados quando da consulta às fichas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

O primeiro deles aparecia na ficha remissiva com a seguinte notação **20 – C – 44 – 20.411**. Trata-se de um Relatório de agente infiltrado não assinado e datado de 27/10/1981. Possui um carimbo *Confidencial*. O timbre indica *Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil de SP –*

²¹ Em novembro de 2001 foi lançado o primeiro volume da série (**No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**) que contém um estudo sobre toda a legislação que amparou o órgão durante sua existência, uma primeira reflexão sobre o DEOPS/SP e artigos de pesquisadores que se debruçaram sobre essa documentação. Para novembro de 2002 está previsto o lançamento de mais quatro volumes da mesma série que devem conter todo o catálogo com a descrição das 9.626 pastas, uma reflexão sobre o significado dos códigos e famílias que compõem a série e artigos de pesquisadores sobre temas instigantes contidos nessa documentação.

²² Encontramo-nos em fase final da reflexão acerca da série, do órgão, de sua relação com a sociedade. Existem, entretanto, alguns elementos ainda ambíguos, bem como a interpenetração/interdependência dos elementos que compõem os *Dossiês* é uma característica que dificulta o estabelecimento de definições taxativas, o que talvez seja uma permanência com a qual tenhamos de continuar lidando.

Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Divisão de Informações. Seu título é *Relatório*. Refere-se à cerimônia de entrega do Prêmio Jornalístico “Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos”, prêmio este criado pelo Sindicato e pela Comissão Executiva Nacional de Movimentos de Anistia. A cerimônia foi realizada na Sede do Sindicato em São Paulo.

Detalhadamente o agente relaciona todas as entidades que patrocinaram o evento nesse ano. Explica porque foi criado o prêmio, como foi a sua distribuição para o presente ano, em que consistiu, qual foi a comissão julgadora, quais os critérios para a indicação dos premiados. Descreve a cerimônia, a composição da mesa e as personalidades presentes. Ao destacar os discursos, o agente assim se pronuncia:

“... timbraram pelo mesmo chavão de combater a repressão ditatorial do regime militar, que por força dos esforços deles tinha chegado à conclusão que precisava dar esta pequena abertura política, que foi dada e que promete ser enganosa como tudo que vem do atual regime.(...)”

De ponderável, apenas as palavras ditas por Ricardo Kotscho, que ao receber o prêmio foi muito aplaudido, quando falou que estava com medo da posição que os companheiros vinham adotando de considerar estas cerimônias, bem como as reuniões de debates ou auto-críticas, mesmo sem que disso se apercebessem, como um ritual rotineiro do qual nada se extraía. Disse que nestas reuniões, infelizmente está predominando um espírito de divisão, onde as ambições de poder e as pretensões partidárias estão levando os companheiros a uma situação de divisão interna que só beneficia ao regime e dificulta o progresso de luta pela derrubada do mesmo.”

O agente prossegue apontando outras personalidades presentes como Caio Prado Jr. e as *“...cabeças de um tal Conselho Mundial das Igrejas, dois reverendos: um de nome ‘Charles’ e outro ‘Jaime Wright’”. Também já de idade, a Madre Cristina, entregou prêmios.* Segue dizendo que há em anexo (comprova-se que há de fato) uma Declaração de compromisso²³ e uma *“...pequena biografia de um tal Antonio Benetazzo”*²⁴.

O outro documento ao qual desejamos fazer referência aparece na ficha remissiva com a seguinte notação: **30 – C – 1 – 25.011**. É também um Relatório de agente infiltrado, sem assinatura²⁵. O timbre indica *Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil de SP – 3ª. Delegacia da Divisão de Informações – DEOPS*. O texto é que o segue:

²³ A referida Declaração aparece remetida pelo código **20 – C – 44 – 20.408**, tratando-se de uma declaração de compromisso de luta pelos Direitos Humanos, relembrando as mortes e torturas e afirmando que esses crimes não podem ficar impunes. Protesta contra todas as formas de violência e repressão, manifestando repúdio. Proclamam a data do Dia da Defesa dos Direitos Humanos dos trabalhadores e conclamam todos os setores da sociedade para assumirem o mesmo compromisso de luta.

²⁴ Biografia sob o código **20 – C – 44 – 20.409**, dizendo que Antônio Benetazzo foi um militante, professor e artista plástico, preso pelo regime militar em 28/10/1972, assassinado (alegando-se atropelamento) em 30/10/1972. Para maiores informações sobre o militante Antônio Benetazzo consultar **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. (São Paulo:IMESP, 1996) e MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. (São Paulo:Boitempo Editorial, 1999).

²⁵ Não deve causar espanto ao leitor o fato de fazermos questão de afirmar “sem assinatura”. Muitos relatórios de agentes infiltrados são assinados por nomes ou codinomes. Um documento codificado com a notação **20 – C – 44 – 11.246** é um Relatório do agente que assina Durval Sc (ilegível) ieri e é dirigido ao Sr. Delegados de Plantão da Equipe “C” do DEOPS, Dr. Edison Geraldo Schiavinato, datado d e 29/06/1980. Outro Relatório de agente, com a notação **30 – B – 38 – 1.307**, é um relatório de serviço das 23h00 do dia 25/05/1979 às 6h00 do dia 26/05/1979. Às 23h05 a informação parte de “Gama – 7”, às 3h16 o informe é de “Delta – 11”. A notícia sobre a Assembléia é assinada por “Carlos”. Esse documento em especial é um relatório de cobertura da greve dos jornalistas ocorrida nesse período e vigiada de perto pelos agentes infiltrados do DEOPS/SP que cobrem as atividades no Grupo Folhas, no Sindicato dos Jornalistas de SP e na sede paulista da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

“São Paulo, 02 de dezembro de 1981.

Assunto: Lançamento do Livro o PCB em São Paulo – Documentos de 1974-1981 [sic].

Senhor Delegado Chefe do DOPS [sic]:

Cumprindo ordens emanadas por Vossa Senhoria, estivemos no Sindicato dos Jornalistas, sito à Rua Rego Freitas, 530, onde seria realizada [sic] o lançamento do livro PCB em São Paulo: documentos 1974-1981.

Não foi realizado o lançamento como estava previsto no auditório ‘Vladimir Herzog’, segundo uma nota distribuída à Imprensa, por falta de segurança uma vez que houveram [sic] vários comunicados de ameaça de bomba no local.

Além disto foi distribuído um texto de um discurso que seria pronunciado por DAVID CAPISTRANO FILHO.

Foi efetuada a venda do livro acima descrito e dos documentos acima citados [sic].

Após a compra os presentes, retiraram-se em seguida do local não havendo manifestações.

Estavam presentes: Marco Aurélio Nogueira, David Capistrano Filho e Cláudio Guedes.

Era o que tínhamos a informar.

Atenciosamente.”

A riqueza que esses documentos apresentam nos dá uma pequena mostra da importância dessa documentação, do papel desses agentes infiltrados e de seus relatórios pormenorizados. Ao mesmo tempo, demonstram uma infiltração cuidadosamente construída a ponto de conhecer os meandros dos locais sobre os quais exercem vigilância, resvalando em opiniões pessoais acerca do evento e de seu transcorrer, bem como apontam para uma quantidade de informações oferecida, dependendo das circunstâncias, minuto a minuto, que podem redundar em pouca consistência para os objetivos do órgão, dada a sua inutilidade estrutural.

Entretanto, neste momento, não nos deteremos numa análise mais detalhada dessa documentação. Queremos tomar os elementos do código para desvendar o que foi possível construir sobre eles até o momento.

Tomando-se como ponto de partida a interpenetração/ interdependência dos elementos dos códigos que podem estar presentes ou se repetirem em diferentes locais, é preciso lidar com a fluidez dos mesmos que os caracteriza, o que é natural se levarmos em conta o fato de que foram criados na década de 40 e acompanharam a História do Brasil pelos 40 anos subseqüentes. Portanto, sofrem a mutação do tempo, dos objetivos governamentais e da própria noção de “suspeição” que varia de acordo com os interesses desse ou daquele período.

Ao primeiro elemento do código chamamos de *Família*²⁶, correspondendo a um tema geral e apresentando-se em cinco dezenas: as *famílias 10, 20, 30, 40, 50*.

A *família 10* refere-se à suspeição lançada contra estrangeiros nas circunstâncias da II Guerra Mundial, a partir de 1942, quando o Brasil declara guerra ao Eixo. A perseguição atinge prioritariamente os Alemães, Italianos e Japoneses, mas abrange outras nacionalidades. Por vezes aproveita-se para “tomar carona” na suspeição contra os “eixistas” e vigiar os “suspeitos de sempre”²⁷ (comunistas, socialistas, principalmente).

A *família 20*, de modo genérico, refere-se à vigilância aos membros envolvidos com a Política Nacional, vista no sentido amplo e sob o aspecto institucional (Partidos, políticos), enfocando particularmente o panorama das eleições.

A *família 30* enfatiza a perseguição aos “suspeitos” de atividades Comunistas, Socialistas, Anarquistas.

A *família 40* reúne documentação das diferentes Delegacias que compõem o DEOPS/SP: Armas, Munições e Explosivos; Ordem Econômica; Ordem Política; Ordem Social; Estrangeiros²⁸.

A *família 50* é a de mais difícil definição. É a maior de todas. Sózinha corresponde a 4.531 pastas, num universo de 9.626. Há uma grande variedade de temas no seu interior e, dentro dela, observa-se um constante fenômeno de migração de códigos, ou seja, um código criado na década de 40 com um significado determinado, pode sofrer alterações de sentido no período do regime militar. Ali encontram-se constantemente referências à suspeição sobre estrangeiros, acompanhamento do panorama eleitoral ao longo do tempo e, a maior parte de seu acervo, refere-se à fase pós-1964 com seus interesses específicos, vinculados à chamada Doutrina de Segurança Nacional²⁹.

As *famílias*, por sua vez subdividem-se em *sub-famílias* que correspondem a sub-temas dentro do tema geral.

²⁶ Essas denominações foram construídas de comum acordo com a nossa Assessoria para Arquivística, constituída, num primeiro momento, pela Profª. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo e, num segundo momento, acompanhada por um seu ex-orientando: o Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez.

²⁷ Referimo-nos à célebre frase do Chefe de Polícia do filme *Casablanca* que, ao presenciar um assassinado de um nazista, indica ao seu subordinado que “prenda os suspeitos de sempre”.

²⁸ É importante observar que essas Delegacias mudaram de nome com o tempo. Tomamos a sua denominação mais comumente utilizada.

²⁹ A também conhecida como, Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, vincula o binômio Segurança + Desenvolvimento, segundo o qual, só com Segurança, leia-se “ordem política e social”, é possível o Desenvolvimento Econômico do país. Foi gestada prioritariamente na Escola Superior de Guerra (ESG), uma entidade fundada em 1949 e voltada para a formação de militares e civis, dentro dos princípios e orientações que os militares brasileiros, principalmente, os participantes da II Guerra Mundial, apreenderam com os EUA e seus preceitos sobre Segurança Externa e Interna. Prende-se às circunstâncias típicas da chamada Guerra Fria que opôs Capitalismo X Comunismo. Não se pode dizer que forma um corpo de idéias coeso e coerente, representando mais uma declaração de intenções, muitas vezes, extremamente vaga e contraditória. Dela são os termos ambíguos de “Guerra Revolucionária”, “Guerra Psicológica Adversa”, “Setor Psicossocial” e outros. Preocupase centralmente com o “inimigo interno” colocado dentro das fronteiras. Desloca a idéia de Segurança da Nação, da preocupação com o “inimigo externo” para o próximo, mas oponente, portanto, alvo de perseguições e punições. Os Manuais Básicos da ESG dão uma idéia do que tenta ser sua confusa e pouco conceitual “teorização”. Um trabalho bastante amplo sobre o tema foi realizado por Maria Helena Moreira Alves. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis:Voices, 1984.

A *família 10* apresenta-se assim subdividida nas seguintes *sub-famílias*:

- **10** – preocupação com a vigilância a atos de sabotagem. Apesar de perseguir diferentes nacionalidades, na sua maioria, atinge os Japoneses.
- **11** – preocupação com a vigilância a atos de espionagem. Apesar de perseguir diferentes nacionalidade, na sua maioria, atinge os Alemães.
- **12** – preocupação com a vigilância a suspeitos de vinculações com o Nazismo e o Fascismo, de modo geral. Atinge os membros oriundos países do Eixo, mas também de outras nacionalidades.
- **13** – perseguição a organizações estrangeiras, sendo que, embora a preocupação seja com os nazistas e fascistas, aproveita-se para exercer vigilância sobre movimentos libertários de resistência, na sua maioria de origem italiana.
- **14** – perseguição às atividades de contrabando.
- **15** - preocupação com a vigilância a suspeitos de realizarem comunicação em idioma estrangeiro³⁰.

A *família 20* apresenta-se assim dividida nas seguintes *sub-famílias*:

- **20** – é a mais abrangente e com o maior número de pastas da *família*. Genericamente dedica-se à Política Nacional pensada na vigilância às atividades dos Partidos, políticos, estudantes, Sindicatos, Igrejas, Universidades.
- **21** – do mesmo modo como a *sub-família 20* dedica-se à Política Nacional, preocupando-se mais intensamente com as atividades partidárias e dos políticos. Figuras constantemente presentes são as de Getúlio Vargas, Adhemar de Barros e Armando de Salles Oliveira.
- **22** – dedicada à vigilância às atividades políticas das Cidades do Interior. É interessante observar que essa preocupação se repetirá em outras *sub-famílias*, como é o caso específico da **50**.
- **23** – preocupação com a vigilância às atividades separatistas. Entretanto, é necessário frisar que possui exclusivamente uma pasta, narrando as atividades separatistas de duas pessoas. Documentação produzida em 1940 e arquivada pelo órgão em 1945.
- **24** – preocupação com a vigilância às atividades do Integralismo e de seus membros, os integralistas.

A *família 30* encontra-se assim subdividida nas seguintes *sub-famílias*:

³⁰ É importante observar que nem todos os números da dezena encontram-se representados, sendo o **15** a última *sub-família* da *família 10*. Isto se deve ao fato de que este tipo de código foi criado para poder crescer mais do que cresceu definitivamente. As possibilidades de combinações não atingiram a totalidade de expansão do código que, mediante a necessidade, poderia ampliar-se. O mesmo aconteceu com as outras *sub-famílias*.

- **30** – perseguição a pessoas, jornais, empresas suspeitas de atividades vinculadas ao Comunismo ou ao Socialismo. É de grande magnitude em termos da quantidade de documentação armazenada.
- **31** – preocupação com a vigilância aos suspeitos de atividades relacionadas com o Anarquismo.

A *família 40* encontra-se assim subdividida nas seguintes *sub-famílias*:

- **40** – documentação produzida pela Delegacia de Armas, Explosivos e Munições.
- **41** – documentação produzida pela Delegacia de Estrangeiros.
- **42** – documentação produzida pela Delegacia de Ordem Econômica.
- **43** – documentação produzida pelas Delegacias de Ordem Política e Ordem Social.

A *família 50* encontra-se assim subdividida nas seguintes *sub-famílias*:

- **50** – grande variedade documental. Aponta a preocupação com a vigilância sobre as atividades desenvolvidas pelos estrangeiros (com bastante semelhança ao ocorrido na *família 10*). Destaca a preocupação com a vigilância sobre as atividades políticas das Cidades do Interior (semelhante ao desenvolvido na *sub-família 22*). Enfatiza a preocupação com as atividades dos políticos de uma maneira geral. Representa as preocupações típicas dos interesses dos governos do regime militar.
- **52**³¹ – apresenta resumos da documentação armazenada sobre diferentes assuntos/pessoas, mediante solicitação de outros órgãos.

As *sub-famílias*, por sua vez, agregam-se às letras (o segundo elemento do código) para a formação do tema específico. Denominamos as letras de *setores*, na medida em que, de maneira geral, elas representam um determinado setor da sociedade. Nem todas as letras do alfabeto foram utilizadas pela mesma razão observada em relação aos números das *sub-famílias*. Foram criados para crescer muito. Durante a vida da série, as suas possibilidades totais não foram usadas. Os *setores* encontram-se assim subdivididos:

- **A** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por proprietários, aqui encarados no sentido amplo, abrangendo desde donos de empresas, até seus diretores ou executivos.
- **B** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por funcionários, também entendidos no sentido amplo. Embora a maioria atinja funcionários de baixo

³¹ Essa é a única *sub-família* em que se observa um salto, da **50** para **52** que é a final e que, não à toa, apresenta resumos, ou sínteses, de informações coletadas em toda a série. É o encerramento dos *Dossiês*. Em nossa opinião, deixou-se ainda a brecha para a introdução, mediante necessidade, de uma *sub-família 51* que acabou não ocorrendo.

escalão, pode, por vezes, a suspeição atingir gerentes ou executivos, ou mesmo donos de pequenos estabelecimentos.

- **C** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas pelos estudantes.
- **D** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas pelos militares.
- **E** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por órgãos, pessoas, ou as relações travadas no interior das representações diplomáticas.
- **F** – possui grande fluidez. Até onde se pôde perceber até o momento, atinge o que poderíamos chamar genericamente de “grandes proprietários”. Sua linha limítrofe com o *setor A* não encontra precisão. Ainda indefinido.
- **G** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por religiosos.
- **H** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas pelos funcionários públicos.
- **I** – também bastante imprecisa. Encontra-se a suspeição a negociantes, de maneira geral, não vinculados a empresas em especial e a pessoas que vivem de rendas. Ainda indefinido.
- **J** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas no interior de Associações, Clubes, Partidos Políticos.
- **K** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por profissionais liberais.
- **L** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por Editoras/editores.
- **Z**³² - compreende a vigilância a *setores* não especificados. Tudo o que não se enquadra nos *setores* anteriores aparece arrolado aqui.

O terceiro elemento do código também é numérico. O seu significado mais comum remete a uma ordem cronológica de abertura das pastas, de modo que, por exemplo, no caso da *sub-família 50*, temos o seguinte:

- **50 – A – 1** - sua primeira pasta foi aberta no dia 24/01/1944.
- **50 – A – 2** - a pasta foi aberta também no dia 24/01/1944.
- **50 – A – 3** – a pasta foi aberta no dia 31/01/1944.
- **50 – A – 4** – a pasta foi aberta no dia 01/02/1944. E assim por diante, até que:
- **50 – A – 267** – (o último número do **50 – A**. Daí para frente entraremos no **50 – B**) sua primeira pasta foi aberta em 27/06/1977.

³² Do mesmo modo que entre **50** e **52** houve um salto para encerrar as *sub-famílias*, com os *setores* observa-se o mesmo, depois do setor **L** pula-se para a última letra/*setor*: **Z**.

Algumas observações, entretanto, devem ser feitas. Alguns códigos se iniciam não com o número 1 mas com o número 0. É o caso do seguinte exemplo: o **50 – B**, começa, na realidade com o **50 – B – 0**. Quando isso ocorre, verifica-se praticamente a mesma questão observada em relação ao *setor Z* – não identificado, servindo a todos os setores sociais que não se enquadraram nas letras anteriores. Neste caso, do número 0, necessariamente, não segue a ordem cronológica, rompendo a lógica do número mais baixo para o mais alto, indo num crescendo temporal. No exemplo destacado **50 – B – 0** a pasta foi aberta em 01 /12/1943, enquanto que, na seqüência, o **50 – B – 1** a primeira pasta foi aberta, anteriormente, em 24/11/1943. Ali se localizam investigações que, necessariamente, também, não se relacionam diretamente com a temática do código. Como se não se soubesse onde colocar e acabasse alocando no **0**.

Outro aspecto do terceiro elemento se relaciona com os códigos que, com o passar do tempo, sofrem alterações, na maior parte das vezes relacionadas com as circunstâncias de momento.

Por exemplo, em momentos determinados a suspeição sobre atividades comunistas assumia uma característica específica, sendo a chamada classe operária, o alvo prioritário das investigações. Isto ocorre, principalmente, entre as décadas de 40 e 50.

Entretanto, a partir dos anos 60, o comunismo, se converte, em primeiro lugar em “comunismos”, com uma diversidade de siglas e práticas políticas diferenciadas. O perfil do militante se transforma brutalmente, atingindo as chamadas “classes médias” e tendo a categoria dos estudantes numericamente muito representada. Portanto, a abordagem da suspeição modificou e, suas preocupações, idem.

Os códigos precisam se adaptar aos novos tempos. Ocorrem, desse modo, as migrações de códigos. Nesses casos, geralmente, o terceiro elemento, deixa de ter apenas o perfil cronológico, para se transformar em mais um aspecto de definição do tema, na direção de cruzamento e afunilamento de seu sentido.

Temos chamado até agora esse conjunto formado por três elementos de código. Porém, para efeito de uma maior precisão arquivística, o nome que eles receberam em nosso banco de dados e em nosso catálogo é *Dossiê*, o que subentende que eles é que representam de fato a unidade dessa série.

Uma vez esclarecidos esses elementos necessitamos atentar para um aspecto importante que é o da quantidade de pastas no interior de cada *Dossiê*. Dentre 9.626 pastas, possuímos um total de 5.209 *Dossiês*, o que quer dizer que existem *Dossiês* que possuem mais de uma pasta. Nesses casos, também o critério cronológico é válido, sendo que a primeira pasta do *Dossiê* é aberta anteriormente em relação à subsequente, e assim prossegue num encadeamento cronológico linear crescente.

Do total de *Dossiês* existem 437 que possuem pastas duplicadas sendo, portanto, a imensa maioria de pastas unitárias. Para o caso dos *Dossiês* com pastas duplicadas, a quantidade de pastas em cada um é bastante variável. Existem *Dossiês* com pastas duplicadas mas que possuem apenas 2 pastas. Porém, há os que possuem um grande número de pastas. O *Dossiê* mais numeroso é o **52 – Z – 0** que conta com 583 pastas. Conforme já foi explicado, a partir da decodificação da *sub-família* **52** (acrescente-se o *setor* **Z** – não especificado e o terceiro elemento **0** – também, não especificado), esse *Dossiê* é composto de resumos de todas as informações existentes na série sobre assuntos/pessoas, realizadas mediante solicitações de outros órgãos. Por isso, pode-se medir a intensa comunicação entre os órgãos de informação/repressão na procura de mais informes sobre seus objetos de “suspeição”.

Assim, chegamos ao quarto elemento que não compõe o *Dossiê*, no sentido de contribuir para definir um assunto, mas que representa um número de remissão indicativo para a busca da informação no interior de uma pasta. Tomemos, por exemplo os dois documentos que destacamos: o **20 – C – 44 – 20.411** e o **30 – C – 1 – 25.011**. Pelo elevado número de remissão do quarto elemento (**20.411** e **25.011**) percebe-se que se trata de *Dossiês* com grande número de pastas e com enorme quantidade de remissões documentais a elas. No primeiro caso, pelo menos, mais de 20.000 e, no segundo, mais de 25.000. O *Dossiê* **20 – C – 44** possui um total de 242 pastas e o **30 – C – 1**, 176 pastas.

Ainda a esse respeito é preciso que se esclareça que há um número variável de remissões nas pastas. Existem pastas que possuem apenas uma folha de papel, correspondente a uma remissão. Existem pastas que possuem mais de duzentas remissões documentais. Pastas extremamente finas e extremamente volumosas.

Temos, constantemente, nos referido a remissões documentais e não a unidades documentais. Exemplificando: imaginemos uma unidade documental representando um depoimento de um preso político que, inicialmente, prestou informações no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações, Centro de Operações de Defesa Interna)³³ e, posteriormente, foi enviado ao DEOPS/SP para prestar novos depoimentos e ter realizada a formalização de seu Inquérito³⁴. O depoimento prestado no DOI-CODI em duas cópias, uma de próprio punho que o preso era obrigado a fazer e outra (a sua cópia) datilografada pelo órgão,

³³ Os DOI-CODIs foram criados em 1970, correspondendo, em termos numéricos, a cada uma das divisões administrativas das Forças Armadas. Surgiram, tomando por base a experiência piloto construída em São Paulo, intitulada Operação Bandeirantes (OBAN), em 1969, considerada bem sucedida. Sua finalidade era a de se constituir num braço armado e ágil da repressão, dispensando as formalidades burocráticas, para destruir as organizações clandestinas que procuravam, por intermédio da luta armada, acabar com o regime militar. Caracterizavam-se por congregar diferentes órgãos das forças de segurança/repressão/informações. Deles participavam Policiais Civis e Militares estaduais, a Polícia Federal, membros do Exército, Marinha e Aeronáutica. O comando pertencia ao Exército da divisão administrativa correspondente. Para explicações pormenorizadas do funcionamento desse e outros órgãos repressivos do regime militar ver: ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis:Vozes, 1985; D'ARAÚJO, Maria Celina et alii. (orgs.) **Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro:Relume-Dumará, 1994; FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro:Record, 2001; HUGGINS, Martha K.. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo:Cortez, 1998.

³⁴ O Inquérito formalizado será a base para a denúncia ao Ministério Público que, se aceita, servirá para a montagem inicial dos autos do Processo Judicial. Nos casos dos presos políticos do regime militar, trata-se dos Processos do âmbito da Justiça Militar a que nos referimos relativos ao Projeto “Brasil Nunca Mais”.

era enviado ao DEOPS/SP. Há uma imensa quantidade de depoimentos dessa natureza³⁵. Nesses depoimentos, pode haver referências a um grande número de pessoas com as quais contatou o depoente na sua história de militância, bem como, indicações de eventos dos quais o depoente participou como militante, além de apontamentos sobre panfletos ou jornais lidos ou produzidos pela organização a que pertence. Cada uma dessas pessoas, eventos, panfletos e jornais pode representar uma remissão anotada numa ficha. Desse modo, uma mesma unidade documental pode corresponder a um grande número de remissões nas fichas. Não se deve, portanto, confundir o número de remissões com o número de unidades documentais constantes nas pastas.

Antes de passarmos às nossas considerações finais queremos exemplificar com a decodificação de alguns *Dossiês* recorrentes em nossas pesquisas realizadas no acervo DEOPS/SP e de outros que se fizeram destacar por sua importância histórica ou por sua magnitude. O leitor, assim, poderá ter alguma idéia do que pode ser encontrado nesta série, apesar da pequena amostragem:

- **20 – C – 43 – 55 pastas:** Documentação do Serviço Nacional de Informações³⁶ (SNI) para ser divulgada à Comunidade de Informações (DEOPS, DOI-CODI, SSP/SP³⁷). Solicitação de informações do SNI ao DEOPS/SP.
- **20 – C – 44 – 242 pastas:** Movimentos sociais no contexto da abertura política em fins da década de 70 e início dos anos 80: movimentos estudantil, religioso, sindical, grevista e político-partidário.
- **21 – Z – 14 – 148 pastas:** Resumos de informações sobre pessoas e instituições. Relatórios (agentes infiltrados) da Divisão de Informações do DEOPS/SP no período de 1976 a 1983 de diferentes setores: movimentos estudantil, político-partidário, religioso, entre outros.
- **30 – B – 38 – 17 pastas:** Investigações sobre jornais e jornalistas. Tema da censura à imprensa.
- **30 – C – 1 – 176 pastas:** Investigações sobre quaisquer setores (por exemplo sindicatos e estudantes) sobre os quais se constituísse suspeita de envolvimento com o comunismo ou com países comunistas.
- **30 – Z – 9 – 40 pastas:** Investigações sobre as atividades (comunistas) de Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB (Partido Comunista do Brasil).

³⁵ Portanto, parte da documentação produzida no DOI-CODI já se encontra disponível através dos depoimentos arquivados no DEOPS/SP. Os DOI-CODIs fazem parte dos acervos produzidos no regime militar que ainda não se encontram à disposição do público, existindo uma luta da chamada sociedade civil para que essa documentação seja disponibilizada para que se conheçam os meandros desse período autoritário de nosso país.

³⁶ Foi criado em junho de 1964, sob a égide do General Golbery do Couto e Silva, para servir como um Serviço de Informações para assessorar diretamente a Presidência da República. Sobre o SNI ver BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI. O retrato do monstro de cabeça oca.** Rio de Janeiro:Objetiva, 1989; FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

³⁷ Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

- **30 – Z – 156 – 2 pastas:** Investigação sobre a Frente Nacionalista³⁸ e sobre o PCB.
- **30 – Z – 160 – 119 pastas:** Investigações sobre os movimentos de oposição armada ao regime militar. Atividades de guerrilha rural e urbana de diversas agremiações clandestinas.
- **30 – Z – 163 – 3 pastas:** Investigações sobre os movimentos de oposição armada ao regime militar. Atividades de guerrilha rural e urbana de diversas agremiações clandestinas.
- **30 – Z – 165 – 4 pastas:** Investigações sobre as mortes de militantes da oposição armada ao regime militar.
- **50 – K – 118 – 8 pastas:** Recortes de jornais sobre mortes e tortura a militantes no DOI-CODI e sobre a anistia a presos políticos.
- **50 – Z – 9 – 229 pastas:** Documentação do II Exército³⁹ e do DOI-CODI.
- **50 – Z – 129 – 136 pastas:** Relatórios do Serviço de Plantão do DEOPS/SP, contendo ocorrências registradas e listas de presos.

3. A título de conclusão

Como procuramos acentuar ao longo deste artigo, nosso objetivo era o de tentar esclarecer um pouco mais sobre essa zona de sombras que recobre a sociedade brasileira envolta em seu autoritarismo explícito e implícito⁴⁰. Temos clareza, entretanto, que a dimensão do acervo que nos propusemos estudar é de tal magnitude que, no momento, permite apenas levantar algumas hipóteses.

Durante o período de realização do Projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo do DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983)*, particularmente na sua fase de finalização, em diversas oportunidades fomos entrevistados por jornalistas e tivemos oportunidade de falar em diferentes ocasiões para públicos acadêmicos ou não de distintos Estados do Brasil. Todos queriam saber sobre as nossas conclusões, especificamente, quais as “descobertas” que

³⁸ Criada em junho de 1955, dirigida pelo Coronel Nemo Canabarro Lucas. Interrompeu suas atividades em 1961 quando entrou em atividade o Partido Nacionalista, seu continuador. Lutava por uma empresa nacional que garantisse a todos trabalho e propriedade, sem distinção entre patrões e empregados. Pregava a equidistância do Brasil em relação aos blocos capitalista e comunista. Em 1959, lançou as candidaturas do Marechal Lott para a Presidência da República e de João Goulart para vice, posteriormente homologadas pelo PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Naquela época, o candidato à vice-presidente também era votado e poderia sê-lo em chapa contrária à do candidato à Presidência. Assim, o resultado eleitoral deu a derrota a Lott (vencido por Jânio Quadros apoiado pela UDN – União Democrática Nacional) e a vitória a João Goulart.

³⁹ Região Administrativa do Exército que incluía o Estado de São Paulo, atual Comando Regional do Sudeste.

⁴⁰ Estamos nos referindo aos períodos em que o autoritarismo se manifesta de forma explícita através de situações ou regimes autoritários como o primeiro governo Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985). Porém, referimo-nos, também, às relações autoritárias que permeiam a nossa sociedade e que permitem a vigência, em períodos democráticos, de órgãos do aparato repressivo como o DEOPS/SP.

havíamos feito, sempre no sentido do “furo jornalístico”. Ou seja, qual a “bomba” que essa documentação revelou?

Depois de muito refletir sobre o teor dessas indagações e, também, de deparar com documentos “bombásticos” escondidos nos meandros dessa fantástica massa documental, chegamos à conclusão que, se há de fato importância nessa documentação – e, creia leitor cético, há – ela se encontra menos nos “furos” e “bombas” que ela possa revelar e mais no procedimento rotineiro de um órgão que teve vida ativa durante quase 60 anos da República Brasileira.

A série *Dossiês* embora se caracterize, como já afirmamos, pela imensa variedade documental, constitui-se de documentação produzida pelo Serviço Secreto/Serviço de Informações/Divisão de Informações. Ou seja, é o “coração” do DEOPS/SP, um órgão estritamente voltado para exercer a vigilância sobre o cidadão considerado “suspeito”. Portanto, a documentação produzida por esse setor é o que mais caracteriza essa atividade repressiva.

De toda a massa documental causam maior impressão os Relatórios dos agentes infiltrados dos quais o leitor teve oportunidade de conhecer dois deles. Nesses relatórios, o agente se desnuda em seus comentários pessoais e, ao mesmo tempo, mostra um conhecimento profundo dos meandros das instituições/pessoas que vigia, demonstrando sua capacidade de infiltração e permeio da sociedade à sua atuação. Suas observações denotam também o centro da mentalidade autoritária e o acúmulo de informações inúteis para os interesses do Estado que as produziu e armazenou.

Representam a verdadeira “banalidade do mal”⁴¹. Entretanto, se o mal é “banal”, nem por isso, precisa deixar de ser contido. Devemos detê-lo com todas as nossas forças e em todas as suas formas de manifestação.

Há poucos anos fomos surpreendidos por reportagens que davam conta da existência de uma Divisão de Comunicação Social, vinculada à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo que, inclusive utilizando antigos funcionários do DEOPS/SP, continuava a exercer as mesmas funções do antigo órgão extinto, dando-se ao luxo de vigiar até o Secretário de Justiça de São Paulo que, no passado, havia sido advogado de presos políticos do regime militar. A documentação continuava, pelo menos até o ano de 1995, 13 anos após a extinção do DEOPS/SP. Com a divulgação dada ao caso a referida Divisão foi extinta, sua documentação foi lacrada e entregue ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde continua fechada e intocada à espera de tratamento documental. Existirá outro órgão, agora, com nova denominação e função semelhante, exercendo a mesma vigilância aos “suspeitos de sempre”?

⁴¹ Termo utilizado por Hannah Arendt na magistral obra **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.

Fomos novamente surpreendidos em 2001 com revelações jornalísticas dando conta da atuação da Promotoria que agiu em Marabá, estourando uma casa em que atividades se desenvolveriam em continuidade a um processo que durava, pelo menos 27 anos. Os habitantes da região onde se desenvolveu a chamada Guerrilha do Araguaia⁴², continuam atemorizados pelas forças de segurança que vigiam o local e, em troca de pequenos presentes, garantem o silêncio sobre os acontecimentos de que foram palco entre os anos 60 e 70. A casa de Marabá mostrava a atuação desses agentes de segurança junto à população, bem como, apontava para a existência de 19 Escolas de Inteligência Militar, em serviço muito mais avançado do que o foi o pouco saudoso SNI e, absolutamente desconhecidas do público externo.

Tudo isso vem nos mostrar como é mais fácil derrotar institucionalmente um regime autoritário e devolver, mesmo que de forma “lenta e gradual”, as prerrogativas que compõem o chamado Estado de Direito. Difícil é derrubar as intrincadas relações autoritárias que permeiam nosso cotidiano e que possuem uma continuidade que ultrapassa os marcos cronológicos dos autoritarismos explícitos.

A visita a essa documentação, um passeio nas demonstrações cotidianas do ofício de dominação, um mergulho na mentalidade repressiva que mostra a “banalidade do mal”, podem atuar como elementos desarticuladores dessa situação autoritária e como fontes de ruptura dessa continuidade intrincada e capilar que permeia nossa sociedade, mesmo em seus momentos de democracia institucional.

⁴² Guerrilha rural levada a efeito pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil, cisão do PCB, oficializada em 1962), na região do Araguaia, a partir de 1967. Foi descoberta pelas Forças Armadas em 1972. Foram necessárias três incursões do Exército até que a guerrilha fosse completamente debelada em 1974, com a morte de todos os seus participantes, cerca de seis dezenas de militantes. Como a documentação do Centro de Informação do Exército (CIE) não está aberta à consulta e como o assunto é tabu absoluto nas Forças Armadas, encontra-se ainda envolta em desconhecimento. Quase todos os mortos encontram-se desaparecidos e seus corpos não foram devolvidos a seus familiares que desconhecem as circunstâncias reais de suas mortes.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL IBCCRIM

08/10/2002

CRIME POLÍTICO**Painel: *Profa. Dra. Rosa Cardoso******Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino*****DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária*****Maria Aparecida de Aquino*****A banalidade do mal:**

- A reflexão de Hannah Arendt sobre a “banalidade do mal” acerca de Adolf Eichmann, como alguém que não teria refletido sobre o que realmente estava fazendo, o que não é ingenuidade ou obtusidade, ele sabia o que fazia. Porém, caracterizava-se por um “vazio de pensamento” o que o predispôs a se tornar o grande criminoso que foi.

Os DOPS e sua função:

- Objetivo: tornar mais claras as práticas de parte do aparato repressivo do Estado, existente em diversos Estados brasileiros desde o início do século XX até quase o término do regime militar, no caso do DEOPS/SP, entre 1924 e 1983. Isto em todos os seus períodos, o que inclui: a chamada República “Velha” encerrada em 1930, o primeiro governo Vargas terminado em 1945 (aí incluído o Estado Novo, a partir de 1937), o chamado período democrático concluído em 1964 e o regime militar fechado em 1985.
- De uma maneira geral, eram conhecidos como DOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e, quase sempre, estavam vinculados às respectivas Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Suas funções eram, também, imutáveis:

“...estar à disposição dos governos quando estes decidissem vigiar e/ou aprisionar certos indivíduos, combater determinados comportamentos e estigmatizar grupos inteiros (imigrantes, dissidentes políticos, pobres das cidades) tidos sempre como ‘nocivos’ e perigosos para a ordem pública e a segurança nacional.” (SOMBRA, Luiz Henrique. Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência?. (p. 37-41). In: **DOPS: a lógica**

da desconfiança. Rio de Janeiro:Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996, p. 41.

A “Polícia Política”:

- Os DOPS, portanto, eram voltados para exercer as funções da chamada “polícia política”. Segundo Marília Xavier, a “polícia política” é um termo que tem sido utilizado para designar um tipo especial de modalidade da polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva, tendo sido criada com finalidade de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que visariam comprometer a “ordem e a segurança pública”, resultante, portanto, de uma especialização dos órgãos da instituição policial, tendo aparecido formalmente em 1933 com a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPOS) – subordinado à Polícia Civil, com a superintendência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores - no Distrito Federal, que se encarregava dos chamados “crimes políticos e sociais”. (XAVIER, Marília. Antecedentes Institucionais da Polícia Política. (p. 32-36). In: **DOPS: a lógica da desconfiança.** Rio de Janeiro:Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 32.)

“Crimes Políticos” e “Crimes Sociais”:

- Qual seria, entretanto, a diferença entre os chamados “crimes políticos” e “crimes sociais”? Um muro tênue os separa. Se tomarmos por base um relatório anual de um Delegado que, em 1943, identifica as funções da DESPOS, o mesmo diz que a Seção de Segurança Política estaria encarregada de “inibir a organização dos serviços de espionagem e observar os suspeitos de serem espiões eixistas e de evitar a sabotagem econômica, além de observar os movimentos políticos dos inimigos do Governo”. Já, para o mesmo Delegado, a Seção de Segurança Social cuidaria de observar e fiscalizar o “problema trabalhista”, tendo em vista que o movimento sindical recrudescera as atividades extremistas de “esquerda” e de “direita”, “infiltrando-se na massa operária”, com um pesado “contingente de elementos alienígenas”. (**Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea.** Rio de Janeiro:Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, 1996. p. 12).
- Na margem de atuação dos DOPS, de acordo com o período vivenciado a “suspeição” pode ser relativa ou recair sobre quase a totalidade da sociedade. Sua característica é a atuação nas sombras que os protegem e permitem que se infiltrem capilarmente nos mais recônditos cantos das relações sociais, onde espalham o temor e a desconfiança.
- Em São Paulo o DEOPS foi criado pela Lei 2.034 de 30/12/1924 (recebendo o nome de Delegacia de Ordem Política e Social) e foi extinto pelo Decreto 20.728 de 04/03/1983.

Criação do DEOPS/SP:

- Em 1924 o governador de São Paulo era Carlos de Campos e o presidente do Brasil era Artur Bernardes e o país encontrava-se mergulhado na crise do chamado “tenentismo”. Desde a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em julho de 1922, Epitácio Pessoa havia decretado Estado de Sítio, situação essa que foi prolongada por Artur Bernardes que vai mantê-lo durante todo o seu governo (1922-1926). O tenentismo também atuou em São Paulo, onde eclodiu, em julho de 1924 um movimento (considerado o maior de todos) liderado pelo General Isidoro Dias Lopes que, durante algum tempo, assumiu o controle da cidade, forçando Carlos de Campos a se refugiar na periferia da mesma, na região da Guaiaúna. A “Coluna Paulista” acaba adentrando pelo interior do Estado e chegando ao Paraná. Isidoro Dias Lopes e Miguel Costas estavam com suas tropas estacionadas em Foz do Iguaçu e assim se dá o encontro com a “Coluna Prestes-Miguel Costa”, o último dos episódios tenentistas que percorreu o país até chegar à Bolívia entre 1924 e 1927. Evidentemente, ao lado do “tenentismo” existia a chamada “questão social”, encarada pelos governos como “questão de polícia” e que atormentava o poder com a força de mobilização grevistas muito marcantes desde a década de 10 com a atuação do anarquismo e do anarco-sindicalismo e que, a criação do PCB (Partido Comunista do Brasil), em 1922, veio acentuar. Neste contexto nasce o DEOPS/SP, voltado para a vigilância dos “suspeitos de desordem política e social”.

Extinção do DEOPS/SP:

- As circunstâncias de extinção do DEOPS/SP se dão em meio ao processo conhecido como “abertura política” do regime militar, vigente durante o governo do Presidente (o último dos militares) João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) – em substituição ao processo de “distensão política” comandado pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979) – e que pretendia “devolver” à sociedade, de maneira “lenta, gradual e segura” o Estado Democrático de Direito”. Como parte da “abertura política”, inseriram-se as eleições diretas para governadores de Estados (as primeiras desde 1965), realizadas em novembro de 1982 e que, nos maiores Estados (por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais) deram vitória a políticos de oposição. Em São Paulo foi eleito Franco Montoro que substituiria Paulo Maluf, governador indicado. Este, entretanto, para concorrer ao processo eleitoral, se desincompatibilizara de suas funções e deixara no poder o seu vice José Maria Marim que, em 04/03/1983, a apenas alguns dias da posse de Franco Montoro extinguiu o DEOPS/SP, garantindo que essa documentação “perigosa” ficasse bem guardada, nas mãos da Polícia Federal (coordenada pelo atual Senador Romeu Tuma que havia sido também o último Diretor do DEOPS/SP). Ali permaneceu até 1991 quando foi destinada à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo que designou o Arquivo Público do Estado de São Paulo para recebê-la (ali

permanece até hoje). No Arquivo referido foi, finalmente, aberta à consulta pública a partir de dezembro/1994, quando pesquisadores puderam realizar seus trabalhos com base no que este material tem a oferecer.

Questionamentos quanto à documentação:

- Muitos questionamentos existem relativamente ao fato de que essa documentação hoje teria pouca relevância, tendo em vista que permaneceu durante 8 anos sob a guarda da Polícia Federal que teria feito uma substancial “depuração”, livrando-se do material mais explosivo. A consulta a este material mostra que, durante esse período muito foi manipulado no acervo. Na série Dossiês, no Dossiê 52-Z-0, sob as pastas de número 549 a 583, encontram-se resumos sobre os “suspeitos” mediante solicitação de outros órgãos repressivos. As datas de elaboração desses resumos, entretanto, são posteriores ao fechamento do DEOPS/SP. Como pesquisas intensivas e extensivas sobre todo o material ainda não foram realizadas, no momento é impossível dizer o que foi retirado do acervo. Entretanto, o que se conclui da análise até o momento feita é que a documentação disponível é de riqueza incontestável, para a compreensão das relações Estado/Sociedade no período.
- Outro importante questionamento refere-se à demora (entre 1991 e 1994) em São Paulo para a liberação do acervo ao acesso público. Em 1991 foi estabelecida uma Lei número 8.159 que dispunha sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. O artigo 21 dessa mesma lei, entretanto, liberava os Estados e Municípios para resolverem de forma autônoma a sua organização arquivística. Em São Paulo, dúvidas de arquivistas, de pessoas implicadas com o regime militar, de pessoas perseguidas pelo regime ou seus familiares preocupados com o que seria divulgado (por eventuais deturpações) na constituição de sua memória pública, emperraram o processo. Finalmente, em 1994, uma “comissão de notáveis” decidiu pela abertura indiscriminada mediante a assinatura de um termo de compromisso pelo consulente.

Composição do acervo DEOPS/SP:

- 101 livros de Registro de Inquéritos Policiais – estavam sob a guarda da Academia de Polícia de São Paulo que resolveu, depois que a documentação do DEOPS/SP chegou ao Arquivo Público, enviá-la ao mesmo local. Permite uma análise da atividade inquisitorial e da relação entre as Delegacias e o Ministério Público (no âmbito da Justiça). São os Inquéritos das diversas Delegacias que compunham o órgão.
- Série Prontuários formada por 163.000 fichas remissivas e 150.000 pastas-prontuários (referentes a pessoas ou a unidades temáticas). Percorre todo o período de vigência do órgão: 1924-1983. Seu material origina-se do Arquivo Geral do DEOPS/SP.

- Série Dossiês formada por 1.100.000 fichas remissivas e 9.626 pastas codificadas. Tem início em novembro de 1942 e se encerra em 1983. Seu material se origina, inicialmente, do Serviço Secreto (criado em 1940) depois denominado de Serviço de Informações (nos anos 60) e, por fim Divisão de Informações (em 1975).
- Série Ordem Social, cujo material se origina da Delegacia de Ordem Social, iniciando-se em 1945 (antes essa documentação era armazenada no Arquivo Geral do DEOPS/SP) e se encerra em 1983. Compõe-se de 115.000 fichas remissivas e 2.321 pastas, sendo que 547 delas se origina de Delegacias do Interior do Estado.
- Série Ordem Política que se inicia em 1948 e se extingue em 1983. Seu material se origina da Delegacia de Ordem Política e anteriormente seu material era enviado ao Arquivo Geral do DEOPS/SP. Possui 120.000 fichas remissivas que remetem a 1.582 pastas.
- Estudamos especificamente a Série Dossiês, cuja magnitude documental está aí a desafiar futuros pesquisadores: cerca de 2.000.000 de documentos, caracterizando-se por um complexo código alfanumérico para suas pastas e pela enorme variedade documental. A maior parte de sua documentação abrange o período que vai do início do regime militar (1964) até a extinção do órgão (1983).

A Série “Dossiês”:

- Sua enorme quantidade de fichas remissivas encontra-se distribuída em 33 fichários divididos em nomes ou sobrenomes de pessoas, considerados “comuns” ou “incomuns” e “vulgos” (apelidos ou codinomes) – a grande maioria – e um número menor de fichários semi-temáticos como “sindicatos”, “placas de veículos”, “jornais”.
- As fichas remissivas remetem a pastas codificadas com um complexo código alfanumérico. Como a maioria dos fichários refere-se a nomes de pessoas e os assuntos ou temas são insuficientes para pesquisadores, o primeiro desafio para o pesquisador que não souber o nome de seus pesquisados e vier munido de um tema é se defrontar com o código não decifrado. Urgia, portanto, decifrar esse código, criar assuntos, elaborando um instrumento de pesquisa que facilitasse o acesso ao pesquisador.

O Projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983):

- Em 1998 foi aprovado um projeto pela Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) que, ao longo de 4 anos debruçou-se sobre essa documentação e hoje apresenta seus resultados finais:
 - a) conservação das 9626 pastas;

- b) microfilmagem de cerca de 50% das pastas;
- c) compra de material para a FFLCH/USP;
- d) compra de material para o Arquivo Público do Estado de São Paulo;
- e) preparação de uma equipe de cerca de 20 bolsistas;
- f) decodificação, por assuntos, das 9626 pastas;
- g) montagem de um banco de dados informatizado com a possibilidade de “links” por palavras/assuntos/datas;
- h) lançamento de 5 livros da Série “Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro” com as primeiras conclusões acerca do material analisado.

O Código Alfanumérico:

- É composto de três elementos e de um número de ordem para a remissão documental no interior da pasta. É importante notar a interpenetração/interdependência dos elementos do código que podem se repetir em diferentes locais, apresentando uma fluidez que os caracteriza. Foram criados na década de 40 e permaneceram nos 40 anos subseqüentes acompanhando as alterações por que passou a História do Brasil que modificou objetivos governamentais e a própria noção de “suspeição”.
- O primeiro elemento do código foi por nós denominado de “Família”, correspondendo a um tema geral e apresentando-se em cinco dezenas: famílias 10, 20, 30, 40 e 50.
- A família 10 refere-se à suspeição contra estrangeiros nas circunstâncias da II Guerra Mundial, a partir de 1942. Atinge os cidadãos do Eixo (e outros) e pode aproveitar para vigiar os “suspeitos de sempre” (comunistas e socialistas).
- A família 20 refere-se à vigilância sobre os membros envolvidos com a Política Nacional no sentido amplo e sob o aspecto institucional (Partidos, políticos), enfatizando as eleições.
- A família 30 enfatiza perseguição aos “suspeitos” de atividades comunistas, socialistas e anarquistas.
- A família 40 reúne documentação de diferentes Delegacias que compõem o DEOPS/SP: Armas, Munições e Explosivos; Estrangeiros; Ordem Econômica; Ordem Política; Ordem Social.
- A família 50 possui sózinha 4.531 pastas, corresponde a uma variedade de temas e observa uma intensa migração de códigos (um código criado na década de 40 pode ser alterado ao longo do tempo). Apresenta, de certo modo, uma reunião de quase tudo que existe nas outras famílias submetido à migração dos códigos.

- Cada família subdivide-se em “sub-famílias”, ou seja, sub-temas dentro do tema geral.
- A família 10 subdivide-se nas seguintes sub-famílias: 10 – vigilância a atos de sabotagem, na maioria de japoneses; 11 – vigilância a atos de espionagem, preferencialmente de alemães; 12 – vigilância a suspeitos de vinculações com o Nazismo e o Fascismo de modo geral; 13 – vigilância a organizações estrangeiras prioritariamente nazistas e fascistas, mas atingindo movimentos libertários de resistência, majoritariamente italianos; 14 – vigilância sobre atividades de contrabando; 15 – vigilância a suspeitos de se comunicarem em idioma estrangeiro.
- A família 20 subdivide-se nas seguintes sub-famílias: 20 – vigilância a atividades de partidos, políticos, estudantes, sindicatos, igrejas, universidades; 21 – assemelha-se à sub-família 20 mas preocupa-se mais intensamente com partidos e políticos; 22 – vigilância às atividades das cidades do interior; 23 – formada por uma pasta (arquivada em 1945 e produzida em 1940) com a vigilância a atividades separatistas; 24 – vigilância ao Integralismo e a seus membros.
- A família 30 encontra-se subdividida nas seguintes sub-famílias: 30 – vigilância sobre pessoas, jornais, empresas suspeitas de atividades comunistas ou socialistas; 31 – vigilância a suspeitos de atividades anarquistas.
- A família 40 encontra-se subdividida nas seguintes sub-famílias: 40 – contém documentação da Delegacia de Armas, Explosivos e Munições; 41 – documentação da Delegacia de Estrangeiros; 42 – documentação da Delegacia de Ordem Econômica; 43 – documentação da Delegacias de Ordem Política e Ordem Social.
- A família 50 subdivide-se nas seguintes sub-famílias: 50 – caracterizada pela enorme variedade. Vigilância sobre as atividades de estrangeiros, atividades políticas das cidades do Interior, atividades de políticos de maneira geral. Caracteriza preocupações do regime militar; 52 – de modo geral apresenta resumos da documentação armazenada sobre diferentes assuntos/pessoas mediante solicitação de outros órgãos.
- Às sub-famílias agregam-se as letras que denominamos de “setores”, pois representam, de maneira geral, um setor específico da sociedade. É o segundo elemento do código. Como, nem todos os números das sub-famílias foram utilizados, nem todas as letras aparecem, o que demonstra que a Série foi preparada para poder crescer mais do que efetivamente aconteceu.
- Setor A – vigilância a atividades desenvolvidas por proprietários.
- Setor B – vigilância às atividades desenvolvidas por funcionários.
- Setor C – vigilância às atividades desenvolvidas por estudantes.

- Setor D – vigilâncias às atividades desenvolvidas por militares.
- Setor E – vigilância às atividades desenvolvidas por órgãos ou pessoas relacionadas com as representações diplomáticas.
- Setor F – também (como o setor A) dedicado aos grandes proprietários. Há uma certa indefinição e confusão nesses setores.
- Setor G – vigilância às atividades desenvolvidas por religiosos.
- Setor H – vigilância às atividades desenvolvidas por funcionários públicos.
- Setor I – caracterizada pela imprecisão, com a suspeição a negociantes (não vinculados a empresas específicas) e pessoas que vivem de rendas.
- Setor J – vigilância às atividades desenvolvidas por Associações, Clubes, Partidos.
- Setor K – vigilância às atividades desenvolvidas por profissionais liberais.
- Setor L – vigilância às atividades desenvolvidas por Editoras/Editores.
- Setor Z – vigilância a setores não especificados.
- O terceiro elemento do código, também numérico, de modo geral remete a uma ordem cronológica de abertura das pastas. Quando, entretanto, utiliza-se o 0 (zero) ocorre o mesmo que com o setor Z, ou seja, sendo que o mesmo não segue a ordem cronológica posterior e possui investigações que não se relacionam necessariamente com a temática do código. Outro aspecto refere-se ao fato de que, com o passar do tempo, os códigos sofrem alterações relacionadas com as circunstâncias do momento vivenciado (dar o exemplo de como o entendimento de “comunismo” evoluiu entre os anos 40 e 80 na ótica dos governos que se sucederam). Nesse momento ocorrem as migrações dos códigos e assim, o terceiro elemento passa a ser não mais cronológico apenas e sim, converte-se em mais um aspecto para definição e afunilamento do tema.
- O conjunto dos três elementos que forma o que chamamos de código, foi, finalmente, por nós denominado de “Dossiê”, entendendo-se que, ele, de fato, é a unidade dessa série. Existem 5.209 Dossiês no universo de 9.626 pastas. Portanto, 437 Dossiês possuem pastas duplicadas com quantidade variável. O Dossiê mais numeroso é o 52-Z-0 com 583 pastas.

Destacando “Dossiês”:

Antes de passarmos às nossas considerações finais queremos exemplificar com a decodificação de alguns *Dossiês* recorrentes em nossas pesquisas realizadas no acervo DEOPS/SP e de outros que se fizeram destacar por sua importância histórica ou por sua

magnitude. O leitor, assim, poderá ter alguma idéia do que pode ser encontrado nesta série, apesar da pequena amostragem:

- **20 – C – 43 – 55 pastas:** Documentação do Serviço Nacional de Informações⁴³ (SNI) para ser divulgada à Comunidade de Informações (DEOPS, DOI-CODI, SSP/SP⁴⁴). Solicitação de informações do SNI ao DEOPS/SP.
- **20 – C – 44 – 242 pastas:** Movimentos sociais no contexto da abertura política em fins da década de 70 e início dos anos 80: movimentos estudantil, religioso, sindical, grevista e político-partidário.
- **21 – Z – 14 – 148 pastas:** Resumos de informações sobre pessoas e instituições. Relatórios (agentes infiltrados) da Divisão de Informações do DEOPS/SP no período de 1976 a 1983 de diferentes setores: movimentos estudantil, político-partidário, religioso, entre outros.
- **30 – B – 38 – 17 pastas:** Investigações sobre jornais e jornalistas. Tema da censura à imprensa.
- **30 – C – 1 – 176 pastas:** Investigações sobre quaisquer setores (por exemplo sindicatos e estudantes) sobre os quais se constituísse suspeita de envolvimento com o comunismo ou com países comunistas.
- **30 – Z – 9 – 40 pastas:** Investigações sobre as atividades (comunistas) de Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB (Partido Comunista do Brasil).
- **30 – Z – 156 – 2 pastas:** Investigação sobre a Frente Nacionalista⁴⁵ e sobre o PCB.
- **30 – Z – 160 – 119 pastas:** Investigações sobre os movimentos de oposição armada ao regime militar. Atividades de guerrilha rural e urbana de diversas agremiações clandestinas.
- **30 – Z – 163 – 3 pastas:** Investigações sobre os movimentos de oposição armada ao regime militar. Atividades de guerrilha rural e urbana de diversas agremiações clandestinas.
- **30 – Z – 165 – 4 pastas:** Investigações sobre as mortes de militantes da oposição armada ao regime militar.

⁴³ Foi criado em junho de 1964, sob a égide do General Golbery do Couto e Silva, para servir como um Serviço de Informações para assessorar diretamente a Presidência da República. Sobre o SNI ver BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI. O retrato do monstro de cabeça oca.** Rio de Janeiro:Objetiva, 1989; FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

⁴⁴ Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

⁴⁵ Criada em junho de 1955, dirigida pelo Coronel Nemo Canabarro Lucas. Interrompeu suas atividades em 1961 quando entrou em atividade o Partido Nacionalista, seu continuador. Lutava por uma empresa nacional que garantisse a todos trabalho e propriedade, sem distinção entre patrões e empregados. Pregava a equidistância do Brasil em relação aos blocos capitalista e comunista. Em 1959, lançou as candidaturas do Marechal Lott para a Presidência da República e de João Goulart para vice, posteriormente homologadas pelo PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Naquela época, o candidato à vice-presidente também era votado e poderia sê-lo em chapa contrária à do candidato à Presidência. Assim, o resultado eleitoral deu a derrota a Lott (vencido por Jânio Quadros apoiado pela UDN – União Democrática Nacional) e a vitória a João Goulart.

- **50 – K – 118 – 8 pastas:** Recortes de jornais sobre mortes e tortura a militantes no DOI-CODI e sobre a anistia a presos políticos.
- **50 – Z – 9 – 229 pastas:** Documentação do II Exército⁴⁶ e do DOI-CODI.
- **50 – Z – 129 – 136 pastas:** Relatórios do Serviço de Plantão do DEOPS/SP, contendo ocorrências registradas e listas de presos.

A título de conclusão:

No momento, conseguimos apenas levantar algumas hipóteses. Durante o período de realização do Projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo do DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983)*, particularmente na sua fase de finalização, em diversas oportunidades fomos entrevistados por jornalistas e tivemos oportunidade de falar em diferentes ocasiões para públicos acadêmicos ou não de distintos Estados do Brasil. Todos queriam saber sobre as nossas conclusões, especificamente, quais as “descobertas” que havíamos feito, sempre no sentido do “furo jornalístico”. Ou seja, qual a “bomba” que essa documentação revelou?

Depois de muito refletir sobre o teor dessas indagações e, também, de deparar com documentos “bombásticos” escondidos nos meandros dessa fantástica massa documental, chegamos à conclusão que, se há de fato importância nessa documentação – e, creia leitor cético, há – ela se encontra menos nos “furos” e “bombas” que ela possa revelar e mais no procedimento rotineiro de um órgão que teve vida ativa durante quase 60 anos da República Brasileira.

A série *Dossiês* embora se caracterize, constitui-se de documentação produzida pelo Serviço Secreto/Serviço de Informações/Divisão de Informações. Ou seja, é o “coração” do DEOPS/SP, um órgão estritamente voltado para exercer a vigilância sobre o cidadão considerado “suspeito”. Portanto, a documentação produzida por esse setor é o que mais caracteriza essa atividade repressiva.

De toda a massa documental causam maior impressão os Relatórios dos agentes infiltrados. Nesses relatórios, o agente se desnuda em seus comentários pessoais e, ao mesmo tempo, mostra um conhecimento profundo dos meandros das instituições/pessoas que vigia, demonstrando sua capacidade de infiltração e permeio da sociedade à sua atuação. Suas observações denotam também o centro da mentalidade autoritária e o acúmulo de informações inúteis para os interesses do Estado que as produziu e armazenou.

Queremos exemplificar com dois Relatórios específicos:

⁴⁶ Região Administrativa do Exército que incluía o Estado de São Paulo, atual Comando Regional do Sudeste.

O primeiro deles aparecia na ficha remissiva com a seguinte notação **20 – C – 44 – 20.411**. Trata-se de um Relatório de agente infiltrado não assinado e datado de 27/10/1981. Possui um carimbo *Confidencial*. O timbre indica *Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil de SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Divisão de Informações*. Seu título é *Relatório*. Refere-se à cerimônia de entrega do Prêmio Jornalístico “Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos”, prêmio este criado pelo Sindicato e pela Comissão Executiva Nacional de Movimentos de Anistia. A cerimônia foi realizada na Sede do Sindicato em São Paulo.

Detalhadamente o agente relaciona todas as entidades que patrocinaram o evento nesse ano. Explica porque foi criado o prêmio, como foi a sua distribuição para o presente ano, em que consistiu, qual foi a comissão julgadora, quais os critérios para a indicação dos premiados. Descreve a cerimônia, a composição da mesa e as personalidades presentes. Ao destacar os discursos, o agente assim se pronuncia:

“... timbraram pelo mesmo chavão de combater a repressão ditatorial do regime militar, que por força dos esforços deles tinha chegado à conclusão que precisava dar esta pequena abertura política, que foi dada e que promete ser enganosa como tudo que vem do atual regime.(...)”

De ponderável, apenas as palavras ditas por Ricardo Kotscho, que ao receber o prêmio foi muito aplaudido, quando falou que estava com medo da posição que os companheiros vinham adotando de considerar estas cerimônias, bem como as reuniões de debates ou auto-críticas, mesmo sem que disso se apercebessem, como um ritual rotineiro do qual nada se extraía. Disse que nestas reuniões, infelizmente está predominando um espírito de divisão, onde as ambições de poder e as pretensões partidárias estão levando os companheiros a uma situação de divisão interna que só beneficia ao regime e dificulta o progresso de luta pela derrubada do mesmo.”

O agente prossegue apontando outras personalidades presentes como Caio Prado Jr. e as *“...cabeças de um tal Conselho Mundial das Igrejas, dois reverendos: um de nome ‘Charles’ e outro ‘Jaime Wright’”. Também já de idade, a Madre Cristina, entregou prêmios.*” Segue dizendo que há em anexo (comprova-se que há de fato) uma Declaração de compromisso⁴⁷ e uma *“...pequena biografia de um tal Antonio Benetazzo”*⁴⁸.

O outro documento ao qual desejamos fazer referência aparece na ficha remissiva com a seguinte notação: **30 – C – 1 – 25.011**. É também um Relatório de agente infiltrado, sem assinatura⁴⁹. O timbre indica *Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil de SP – 3ª Delegacia da Divisão de Informações – DEOPS*. O texto é que o segue:

⁴⁷ A referida Declaração aparece remetida pelo código **20 – C – 44 – 20.408**, tratando-se de uma declaração de compromisso de luta pelos Direitos Humanos, lembrando as mortes e torturas e afirmando que esses crimes não podem ficar impunes. Protesta contra todas as formas de violência e repressão, manifestando repúdio. Proclamam a data do Dia da Defesa dos Direitos Humanos dos trabalhadores e conclamam todos os setores da sociedade para assumirem o mesmo compromisso de luta.

⁴⁸ Biografia sob o código **20 – C – 44 – 20.409**, dizendo que Antônio Benetazzo foi um militante, professor e artista plástico, preso pelo regime militar em 28/10/1972, assassinado (alegando-se atropelamento) em 30/10/1972. Para maiores informações sobre o militante Antônio Benetazzo consultar **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. (São Paulo:IMESP, 1996) e MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. (São Paulo:Boitempo Editorial, 1999).

⁴⁹ Não deve causar espanto ao leitor o fato de fazermos questão de afirmar “sem assinatura”. Muitos relatórios de agentes infiltrados são assinados por nomes ou codinomes. Um documento codificado com a notação **20 – C – 44 – 11.246** é um Relatório

“São Paulo, 02 de dezembro de 1981.

Assunto: Lançamento do Livro o PCB em São Paulo – Documentos de 1974-1981 [sic].

Senhor Delegado Chefe do DOPS [sic]:

Cumprindo ordens emanadas por Vossa Senhoria, estivemos no Sindicato dos Jornalistas, sito à Rua Rego Freitas, 530, onde seria realizada [sic] o lançamento do livro PCB em São Paulo: documentos 1974-1981.

Não foi realizado o lançamento como estava previsto no auditório ‘Vladimir Herzog’, segundo uma nota distribuída à Imprensa, por falta de segurança uma vez que houveram [sic] vários comunicados de ameaça de bomba no local.

Além disto foi distribuído um texto de um discurso que seria pronunciado por DAVID CAPISTRANO FILHO.

Foi efetuada a venda do livro acima descrito e dos documentos acima citados [sic].

Após a compra os presentes, retiraram-se em seguida do local não havendo manifestações.

Estavam presentes: Marco Aurélio Nogueira, David Capistrano Filho e Cláudio Guedes.

Era o que tínhamos a informar.

Atenciosamente.”

A riqueza que esses documentos apresentam nos dá uma pequena mostra da importância dessa documentação, do papel desses agentes infiltrados e de seus relatórios pormenorizados. Ao mesmo tempo, demonstram uma infiltração cuidadosamente construída a ponto de conhecer os meandros dos locais sobre os quais exercem vigilância, resvalando em opiniões pessoais acerca do evento e de seu transcorrer, bem como apontam para uma quantidade de informações oferecida, dependendo das circunstâncias, minuto a minuto, que podem redundar em pouca consistência para os objetivos do órgão, dada a sua inutilidade estrutural.

Representam a verdadeira “banalidade do mal”⁵⁰. Entretanto, se o mal é “banal”, nem por isso, precisa deixar de ser contido. Devemos detê-lo com todas as nossas forças e em todas as suas formas de manifestação.

Há poucos anos fomos surpreendidos por reportagens que davam conta da existência de uma Divisão de Comunicação Social, vinculada à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo que, inclusive utilizando antigos funcionários do DEOPS/SP, continuava a exercer as mesmas funções do antigo órgão extinto, dando-se ao luxo de vigiar até o Secretário de Justiça de São Paulo que, no passado, havia sido advogado de presos políticos do regime militar. A documentação continuava, pelo menos até o ano de 1995, 13 anos após a extinção do DEOPS/SP. Com a divulgação dada ao caso a referida Divisão foi extinta, sua documentação

do agente que assina Durval Sc (ilegível) ieri e é dirigido ao Sr. Delegados de Plantão da Equipe “C” do DEOPS, Dr. Edison Geraldo Schiavinato, datado d e 29/06/1980. Outro Relatório de agente, com a notação **30 – B – 38 – 1.307**, é um relatório de serviço das 23h00 do dia 25/05/1979 às 6h00 do dia 26/05/1979. Às 23h05 a informação parte de “Gama – 7”, às 3h16 o informe é de “Delta – 11”. A notícia sobre a Assembléia é assinada por “Carlos”. Esse documento em especial é um relatório de cobertura da greve dos jornalistas ocorrida nesse período e vigiada de perto pelos agentes infiltrados do DEOPS/SP que cobrem as atividades no Grupo Folhas, no Sindicato dos Jornalistas de SP e na sede paulista da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

⁵⁰ Termo utilizado por Hannah Arendt na magistral obra **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.

foi lacrada e entregue ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde continua fechada e intocada à espera de tratamento documental. Existirá outro órgão, agora, com nova denominação e função semelhante, exercendo a mesma vigilância aos “suspeitos de sempre”?

Fomos novamente surpreendidos em 2001 com revelações jornalísticas dando conta da atuação da Promotoria que agiu em Marabá, estourando uma casa em que atividades se desenvolveriam em continuidade a um processo que durava, pelo menos 27 anos. Os habitantes da região onde se desenvolveu a chamada Guerrilha do Araguaia⁵¹, continuam atemorizados pelas forças de segurança que vigiam o local e, em troca de pequenos presentes, garantem o silêncio sobre os acontecimentos de que foram palco entre os anos 60 e 70. A casa de Marabá mostrava a atuação desses agentes de segurança junto à população, bem como, apontava para a existência de 19 Escolas de Inteligência Militar, em serviço muito mais avançado do que o foi o pouco saudoso SNI e, absolutamente desconhecidas do público externo.

Tudo isso vem nos mostrar como é mais fácil derrotar institucionalmente um regime autoritário e devolver, mesmo que de forma “lenta e gradual”, as prerrogativas que compõem o chamado Estado de Direito. Difícil é derrubar as intrincadas relações autoritárias que permeiam nosso cotidiano e que possuem uma continuidade que ultrapassa os marcos cronológicos dos autoritarismos explícitos.

A visita a essa documentação, um passeio nas demonstrações cotidianas do ofício de dominação, um mergulho na mentalidade repressiva que mostra a “banalidade do mal”, podem atuar como elementos desarticuladores dessa situação autoritária e como fontes de ruptura dessa continuidade intrincada e capilar que permeia nossa sociedade, mesmo em seus momentos de democracia institucional.

⁵¹ Guerrilha rural levada a efeito pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil, cisão do PCB, oficializada em 1962), na região do Araguaia, a partir de 1967. Foi descoberta pelas Forças Armadas em 1972. Foram necessárias três incursões do Exército até que a guerrilha fosse completamente debelada em 1974, com a morte de todos os seus participantes, cerca de seis dezenas de militantes. Como a documentação do Centro de Informação do Exército (CIE) não está aberta à consulta e como o assunto é tabu absoluto nas Forças Armadas, encontra-se ainda envolta em desconhecimento. Quase todos os mortos encontram-se desaparecidos e seus corpos não foram devolvidos a seus familiares que desconhecem as circunstâncias reais de suas mortes.